

HABEAS CORPUS Nº 492.224 - SP (2019/0035583-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : KATIA SOLANGE DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : KATIA SOLANGE DA SILVA SANTOS - SP0235577
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL VALENTIM RIBAS LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GABRIEL VALENTIM RIBAS LIMA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 224711-27.2018.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo em vista que, juntamente com outro acusado, foi surpreendido na posse de **quatro tijolos de maconha, com peso aproximado de 1,5kg (um quilo e quinhentos gramas)** – e-STJ fls. 44/54.

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da Quinta Câmara de Direito Criminal denegaram a ordem (e-STJ fls. 24/28).

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da prisão imposta ao paciente e do cumprimento da pena inicialmente no regime fechado.

Alega ausência de fundamentos idôneos para o estabelecimento do regime prisional mais severo, uma vez que foi considerada, somente, a natureza hedionda do delito, o que vai de encontro ao disposto nas Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Assevera que o réu é primário e portador de bons antecedentes e possui residência fixa e trabalho lícito.

Ressalta que a sentença manteve a custódia preventiva do acusado sem a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, pois fundamentada de forma genérica, apenas na garantia da ordem pública e com o fim de

assegurar a aplicação da lei penal.

Afirma, assim, ser o caso de substituição da pena corporal por outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do referido diploma legal.

Dessa forma, requer "*a concessão, EM CARÁTER LIMINAR, da presente Ordem de Habeas Corpus, objetivando cessar a evidente ilegalidade da manutenção da custódia, CONCEDENDO, por conseguinte, O DIREITO DO PACIENTE DE RECORRER EM LIBERDADE, DETERMINANDO-SE A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA para a penitenciária de Oswaldo Cruz, para responder o processo em liberdade, e após, quando do exame de mérito SEJA CONFIRMADA A MEDIDA LIMINAR*" (e-STJ fl. 22).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

